



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

CONTRATO Nº [REDACTED]/2024

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO ACRE – PR/AC E A
EMPRESA [REDACTED], PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA
COMUTADA PARA PR/AC.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF**, através da Procuradoria da República no Acre – PR/AC, situada na Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340, Portal da Amazônia, Rio Branco/AC, CEP 69915-632, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.989.715/0006-17, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual em exercício, Sr. **PAULO MACHADO CORREA**, brasileiro, casado, servidor público federal, portador da carteira de identidade n.º 403*****69 e do CPF n.º 550.***.***-20, residente e domiciliado em Rio Branco/AC, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa [REDACTED], inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED], estabelecida na [REDACTED], bairro [REDACTED], neste ato representada pelas seus procuradores (as), Senhor(a) [REDACTED], brasileira, carteira de identidade nº [REDACTED] - SSP/DF, CPF nº [REDACTED], residente e domiciliada em [REDACTED], e Senhor(a) [REDACTED], brasileira, carteira de identidade nº [REDACTED] – SSP/DF, CPF nº [REDACTED], residente e domiciliada [REDACTED] e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo MPF/PRAC nº 1.10.000.000880/2023-17 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na execução de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC de fixo para fixo e fixo para móvel na modalidade LOCAL, a fim de atender à Procuradoria da República no Acre, conforme condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 01/2024-MPF/PR-AC/CTIC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Conforme disposições contidas do item 3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO – do Termo de Referência 01/2024 CTIC/PRAC.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

1. Conforme disposições contidas do subitem 10.1 ao 10.12 – DO RECEBIMENTO – do Termo de Referência 01/2024 CTIC/PRAC.

CLÁUSULA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Conforme disposições contidas no subitem 9.1 do Termo de Referência 01/2024 CTIC/PRAC.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Conforme disposições contidas no subitem 9.2 do Termo de Referência 01/2024 CTIC/PRAC.

CLÁUSULA SEXTA– DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. **O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SETIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas com a execução do presente contrato correrão, neste exercício, à conta das Categorias Econômicas 3.3.3.9.0.39 – Outros serviços de pessoa jurídica do programa de trabalho nº 030620581426400001, constante do orçamento geral da União, para esse fim, e, nos próximos exercícios, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

Parágrafo Único - Para a cobertura das despesas foi emitida Nota de Empenho Nº **XXXXXXX**, de **XXXXXXX**.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

O **valor global** estimado do presente contrato, **para o período de 12 (doze meses)**, referente aos serviços Telefônico Fixo Comutado – STFC de fixo para fixo e fixo para móvel na modalidade LOCAL é de **R\$ _____ (_____)**, conforme a tabela a seguir:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

ITEM 1: STFC LOCAL			
LOCAL: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE (PR/AC)			
Instalações e Assinaturas	Qtd. Anual (I)	Valor unitário (R\$)	Valor anual máximo com desconto (R\$) (I x II)
Instalação / Habilitação do feixe digital E-1 c/30 canais	1	R\$ X.XXX,XX	R\$ X.XXX,XX
Assinatura básica mensal do feixe digital E-1 c/30 canais	12	R\$ X.XXX,XX	R\$ X.XXX,XX
Assinatura básica mensal da faixa de numeração – ramal DDR (150 números)	12	R\$ X.XXX,XX	R\$ X.XXX,XX
Tipo de ligação	Qtd. de minutos (tráfego anual estimado) (I)	Valor por minuto (R\$)	Valor máximo anual (R\$) (I x II)
Fixo – Fixo	7.200	R\$ X.XXX,XX	R\$ X.XXX,XX
Fixo – Móvel (VC1)	2.400	R\$ X.XXX,XX	R\$ X.XXX,XX
VALOR TOTAL ANUAL PARA A PR-AC (ITEM 1):			R\$ X.XXX,XX

CLÁUSULA NONA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

1. Conforme disposições contidas nos subitens 10.13 e 10.14 do Termo de Referência 01/2024 CTIC/PRAC.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DO CONTRATO

- Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante revisão tarifária que obedecerá ao estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – IST, no exercício de sua competência.
- Considera-se como data do orçamento, termo inicial do prazo, para cômputo do anuênio, a data base estipulada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – IST – para atualização das tarifas nos Contratos de telefonia.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Conforme disposições contidas no item 11 do Termo de Referência 01/2024 CTIC/PRAC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste TERMO DE CONTRATO, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do CONTRATANTE declarar rescindido o CONTRATO, nos termos desta cláusula e/ou aplicar as multas previstas neste Instrumento negocial.
2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
3. A extinção do contrato poderá ser:
 - a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
5. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção.
6. A extinção poderá acarretar a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

8. Os casos omissos na presente cláusula serão tratados de acordo com os dispositivos que constam nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, no que couber.
9. Será possível a extinção antecipada do referido ajuste assim que se conclua a instrução de procedimento de contratação nacional, por meio da Procuradoria-Geral da República, conforme processo nº 1.00.000.018489/2022-34.
10. Em caso de extinção antecipada nos termo do item acima, a Contratante dará ciência à Contratada no prazo mínimo de 30 dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VALIDADE

1. Este contrato somente terá validade depois de aprovado pelo Procurador-Chefe da PR/AC, nos termos do art. 33, inciso XVII, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.
4. É vedado promover modificação no contrato sem prévio procedimento por aditamento ou apostilamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

1. A CONTRATADA, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.
2. No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:
 - (a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Ministério Público Federal;
 - (b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do Ministério Público Federal e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade; (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável; (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE

acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente; e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

(c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o momento, a duração, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso e o arquivo acessado;

d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao Ministério Público Federal em caso de solicitação;

(e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo Ministério Público Federal ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

(f) auxiliar, sempre que demandado pelo Ministério Público Federal, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

(g) comunicar de maneira formal e de forma imediata ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA; (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente; (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos; (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido; (vi) descrição das possíveis consequências do incidente; (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos.

(h) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irreversível, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual;

(i) não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do Ministério Público Federal, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

(j) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da autoridade competente;

3. O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

1. Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Rio Branco para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, conforme o art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente CONTRATO, lavrado em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes com as testemunhas abaixo.

Rio Branco – AC, [REDACTED] de [REDACTED] de 2024.

**PAULO MACHADO CORRÊA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE
CONTRATANTE
(Assinado eletronicamente)**

**[REDACTED]
CONTRATADA
(Assinado eletronicamente)**

[REDACTED]

[REDACTED]



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

TESTEMUNHA
(Assinado eletronicamente)

TESTEMUNHA
(Assinado eletronicamente)

Aprovo.

RICARDO ALEXANDRE SOUZA LAGOS
Procurador-Chefe da PR/AC
(Assinado eletronicamente)